

Leitura como forma de (re) significação da língua inglesa na educação de jovens e adultos (EJA)

Sonia Maria da Fonseca Souza¹
Clodoaldo Sanches Fófano²
Vyvian França Souza Gomes Muniz³

Resumo: Como a Língua Inglesa tem sido um fenômeno notável na vida humana, compreendê-la é compreender as informações lançadas na sociedade, por isso, a leitura é sem dúvida, uma máquina com potencial quase inesgotável de aplicação. Além disso, a necessidade do conhecimento de uma ligação entre os povos dentro de um contexto no qual o aprendizado do inglês como instrumento de acesso ao universo da leitura técnica e informativa se apresenta cada vez mais em nosso país. Dentre as habilidades englobadas pelo ensino de inglês, é significativo enfatizar a leitura como a aquisição mais imediata, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos – EJA que tem suas características próprias. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de base qualitativa que tem como objetivo investigar a importância da habilidade de leitura no aprendizado da Língua Inglesa no contexto da EJA, visando torná-la um saber que possa ser realmente instrumentalizado e aplicado na vida prática. O *corpus* teórico que embasou a investigação procura refletir criticamente sobre a realidade educacional da EJA, buscando respaldo em educadores e linguistas aplicados. Conclui-se, portanto, que é necessário que se aprenda língua estrangeira no contexto comunicativo com o outro, cooperativamente e que as propostas de ensino para jovens e adultos devam partir também da análise das necessidades dos alunos, bem como considerar a natureza da linguagem e do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Estratégias de Leitura. Educação de Jovens e Adultos. Língua Inglesa.

Introdução

A pesquisa que ora vem apresentada com base na (re) significação do ensino de Língua Inglesa (LI) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem como objetivo investigar a importância da habilidade de leitura no aprendizado da Língua Inglesa no contexto da EJA, visando torná-la um saber que possa ser realmente instrumentalizado e aplicado na vida prática, tendo em vista a escola como meio

¹ Mestre em Educação pela Universidade Iguazu – UNIG. Professora Centro Universitário São José de Itaperuna. Email: sonifon1@hotmail.com

² Mestrando em Ciências das Religiões, pela Faculdade Unida de Vitória. Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários, pelo Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ). E-mail: clodoaldosanches@yahoo.com.br

³ Discente do Curso de Letras Português/Inglês pelo Centro Universitário São José de Itaperuna. E-mail: vyvi47@hotmail.com

propagador de ideias e informações, exercendo papel fundamental na formação da sociedade, tendo que se posicionar e acompanhar os benefícios das novas tecnologias e de uma ampla rede de comunicação.

A aprendizagem da Língua Estrangeira (LE), compreendida como direito básico de todas as pessoas, tem se tornado imprescindível às necessidades do homem contemporâneo. A LE favorece a participação social, permite o ingresso a uma ampla rede de comunicação cheia de informações e principalmente contribui para a construção da cidadania. E isso tem papel importante na educação dos jovens e adultos, pois torna possível uma maior compreensão do mundo em que vivem, permitindo que reflitam sobre ele e possam nele intervir.

A fim de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise pormenorizada de materiais já publicados na literatura, em especial artigos científicos, livros e também materiais divulgados no meio eletrônico. Pode-se concluir que a habilidade de ler em inglês é muito importante, principalmente no contexto da EJA, pois ajuda esses alunos a se tornarem indivíduos autônomos na habilidade de leitura de textos, tornando-os mais bem informados, com uma posição mais crítica, relacionando o conhecimento teórico discutido na escola com a prática que vivenciam, servindo às suas necessidades, sejam elas de comunicação, lazer ou oportunidades profissionais.

2 Revisando a literatura

Diante das dificuldades encontradas para o ensino da LI nas escolas, principalmente na EJA, e das exigências cada vez maiores, impostas pelos novos paradigmas, pareceu-nos que um ensino mais voltado para a leitura fosse mais apropriado, por ser esta a habilidade mais útil e necessária para quem aprende uma LE em seu próprio país. No dizer de Frank Smith (1999, p. 17), a leitura não exige nenhuma habilidade linguística que não tenha sido demonstrada na compreensão da fala e o ato de aprender a ler não envolve nenhuma habilidade especial de aprendizagem para melhorar o ensino, é preciso primeiramente compreender o processo de aquisição de leitura. O ensino das quatro habilidades - ouvir, falar, ler e

escrever tem se tornado impraticável no ensino da Língua Inglesa na EJA devido às condições presentes na sala de aula, como carga horária reduzida, escassez de material, a própria realidade desses alunos, entre outras.

O trabalho com a leitura promove, também, o aprendizado da própria leitura e o da escrita, assim como o desenvolvimento do senso crítico. Os alunos da EJA, em sua maioria, estão inseridos no mercado de trabalho há algum tempo e voltaram a estudar após terem interrompido os estudos porque querem aprender mais e querem ter um emprego e um futuro melhor.

Considerando as dificuldades relacionadas ao ensino de Língua Inglesa na EJA e a observação em sala de aula, foram se tornando mais sólida a convicção de estar certa ao enfatizar o ensino de leitura. Desenvolver habilidades de leitura na língua inglesa é uma forma de ampliar os domínios de competência dos alunos e de torná-los sujeitos ativos participativos no processo de aprendizagem. Paulo Freire já afirmava que a leitura o comprometia de imediato com o texto que a ele se dava e a que ele se deu e de cuja compreensão fundamental o tornava sujeito.

A contribuição do educador Paulo Freire foi fundamental no desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos. Na década de 60, a constituição de um novo paradigma teórico e pedagógico foi criado pelo educador a fim de ressaltar a importância da educação e o seu caráter libertador e transformador, já que no início da EJA a educação era oferecida apenas em nível de ensino primário e só em 1960 que foi estendida ao curso ginasial. De acordo com Linda Bimbi (apud GADOTTI, 2004, p. 32), a originalidade do método Paulo Freire não reside apenas na eficácia dos métodos de alfabetização, mas, sobretudo, na novidade de seus conteúdos para “conscientizar”. Suas propostas se focalizam na participação do sujeito de aprendizagem no processo de construção do conhecimento e também nas relações de igualdade e diálogo entre aluno e professor.

Para os alunos da EJA, esse método é muito significativo, pois são jovens ou adultos que possuem uma diversidade de conhecimentos prévios e que chegam à escola com uma bagagem de saberes e experiências que às vezes não são sistematizados pela escola, mas que pertencem à realidade de vida deles e, por isso, devem ser explorados pelo professor para que os alunos percebam a

aplicabilidade entre os conhecimentos já construídos com o que vai aprender na escola e sua importância no dia-dia.

2.1 A Educação de Jovens e Adultos inserida no contexto histórico: um olhar crítico-reflexivo

A Educação de Jovens e Adultos - EJA no Brasil remonta os tempos coloniais, quando os religiosos exerciam uma ação educativa missionária com adultos. No Brasil Colônia, houve ações educativas nesse campo, porém: pouco ou quase nada foi realizado oficialmente nesse período.

Em 1824, a Constituição Brasileira, sob forte influência europeia, formalizou uma instituição primária e gratuita para todos os cidadãos. Várias reformas educacionais da época do Brasil Império preconizavam que deveria haver classes noturnas de “ensino elementar para adultos analfabetos”. E, na segunda década do século XX, muitos movimentos civis, e mesmo oficiais, se empenharam na luta contra o analfabetismo, considerando “mal nacional” e “uma chaga social”.

Nos primórdios da indústria nacional, a pressão trazida pelos surtos de urbanização, impôs a necessidade de formação de uma mão-de-obra local e uma manutenção da ordem social nas cidades que impulsionou as grandes reformas educacionais do período em quase todos os estados brasileiros. Assim, o decreto, conhecido como a Lei Rocha Vaz ou a Reforma João Alves, estabeleceu a criação de escolas noturnas para adultos.

A Educação de Jovens e Adultos se firmou como questão de política nacional apenas na década de 40 e instituiu nacionalmente a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos. A identidade da educação de adultos toma seus contornos ao ser proposta uma campanha de Educação de Adultos, em 1974, na qual, numa primeira etapa de três meses, previa-se a alfabetização e depois a implantação do curso primário em duas etapas de sete meses cada uma. Posteriormente, viria a etapa de ação em profundidade, que se constituiria em capacitação profissional e desenvolvimento comunitário.

Na década de 60, as ideias de educação popular se difundiam acompanhando a democratização da escola básica e a Educação de Jovens e Adultos se estenderam ao curso ginásial que antes era oferecido apenas em nível

equivalente ao ensino primário. Nessa mesma década, a referência principal para a constituição de um novo paradigma teórico e pedagógico foi dado pelo educador Paulo Freire, esse paradigma pautou-se num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Ele destacava a importância da participação do povo na vida pública nacional e o papel da educação para sua conscientização. Dessa forma, o novo paradigma freiriano valoriza a participação ativa dos atores no processo educativo e ressalta a importância da autonomia.

Segundo Freire, aprender é uma descoberta criadora, com abertura ao risco e à aventura do ser, pois se ensinando se aprende e aprendendo se ensina. Tanto, educador quanto educando atuam ativamente no processo educacional. Como o próprio ratifica (2011, p. 25):

É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos ou conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

Em um verdadeiro processo de aprendizagem “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 2011, p. 29) afirmando assim, que o saber ensinado é apr(e)endido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.

Em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização orientado por sua proposta. Entretanto, por ocasião do golpe militar houve uma ruptura nesse trabalho de alfabetização, mas, algumas iniciativas, desenvolvidas em igrejas, associações de moradores, organizações de base local e outros espaços comunitários persistiram nessas concepções de educação.

Em 1967, o governo federal organizou o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, iniciando uma campanha nacional maciça de alfabetização e de educação continuada, para jovens e adultos. Em 1971 com a – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, foi implantado o ensino supletivo, que “supria a própria escolarização regular para adolescentes e adultos que não tinham seguido ou concluído na idade própria”.

Em 1985, o Mobral acabou sendo extinto e ocorreu a implantação da Fundação Nacional para Educação voltada à Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), que tinha como funções, estimular o atendimento às séries iniciais do 1º grau, a produção de material especializado e a avaliação de atividades. Contudo, com a extinção dessa fundação, em 1990, os órgãos públicos, as entidades civis e outras instituições passaram a arcar sozinhos com a responsabilidade educativa pela educação de jovens e adultos.

Por conseguinte, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Resolução CNE/CEB nº. 1/2000), a definem como modalidade de Educação Básica e como direito do cidadão e destacam que a EJA deve considerar o perfil dos alunos e sua faixa etária ao propor um modelo pedagógico, de modo a assegurar a equidade, em relação a distribuição específica dos componentes curriculares e a diferença, no que diz respeito à identificação e reconhecimento da alteridade própria dos jovens e adultos em seu processo formativo.

Sendo assim, essa modalidade deve desempenhar três funções: reparadora, para o reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante; equalizadora, que ofereça igualdade de oportunidades, que ofereça aos indivíduos novas inserções no mundo de trabalho e na vida social; e função qualificadora, que se refere à educação permanente, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares, tornando-se assim, o próprio sentido da Educação de Jovens e Adultos.

Desta forma, a proposta da EJA tem como espaço de influência o universo de jovens e adultos, que possuem características específicas e que procuram a escola, inicialmente, motivados pela expectativa de conseguir um emprego melhor ou então, pelo desejo de elevação da autoestima, da independência, da melhoria de sua vida pessoal e da preocupação em ter um futuro melhor.

Mister se faz sublinhar, que, de acordo com as características desses alunos, que, a Educação Básica, na sua função política, constitui-se na sua principal via para a conquista do *status* do cidadão e que a apropriação de indivíduos conscientes e participantes da vida política e social.

Então, segundo Lemos (1994, p. 25) a proposta da EJA tem como objetivos a apropriação dos instrumentos básicos necessários ao acesso a outros graus de ensino, o conhecimento, à inserção ao mundo do trabalho e a valorização da diversidade cultural brasileira. Dentre os objetivos formativos, foram privilegiados a formação para a vivência democrática, o fortalecimento da auto-estima e o exercício de autonomia pessoal, promovendo a formação de indivíduos capazes de decidir sobre suas vidas, ascender social e profissionalmente, adaptar-se a novos contextos, especialmente, profissionais, interar-se como cidadão perante a sociedade, assumir-se como ser autoconsciente, com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2 Paulo Freire e a EJA: pressupostos

A contribuição do educador Paulo Freire ganha destaque na EJA, ao criar os primeiros estudos de um novo método de alfabetização de adultos, por meio de uma perspectiva consciente transformadora e emancipatória. Paulo Freire (2011) enfatiza a unidade entre teoria e prática para a condução do ato educativo numa direção libertadora. Sua técnica de alfabetização propunha uma consequência natural da tomada de consciência dos problemas vividos pelo grupo segundo o educador.

Vale ressaltar que o termo conscientização, da forma como foi utilizado por Paulo Freire (2011, p. 20) em seu importante trabalho de alfabetização, é empregado em sentido semelhante no contexto instrumental de línguas no Brasil. O aluno precisa sentir, com a cabeça e com o coração, a necessidade de aprender outra língua. Isto só ocorre quando ele se encontra em um contexto de comunicação real, quando ele consegue perceber o que vai aprender, como e para quê.

A conscientização se realiza na prática e não na teoria. Em seu processo de autocrítica, coerente com o princípio de não dicotomizar teoria e prática. Paulo Freire confessou inúmeras vezes ter sido importunado pelo subjetivismo, motivo pelo qual deixou de utilizar o conceito de conscientização. Esse conceito tem sido aplicado muitas vezes como uma pura tomada de consciência da realidade, sem a ação necessária para transformá-la. Para ele, a conscientização passa, antes de qualquer coisa, pela prática, pela ação transformadora. Ele também enfatiza a importância da

leitura na educação e acredita que a leitura de mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 2011, p.11). Através dela, o leitor se torna uma pessoa crítica e passa a entender melhor o mundo que o cerca.

Através das teorias sócio-construtivistas, Paulo Freire deixou uma grande contribuição à educação e às práticas pedagógicas. De acordo com essa concepção a aprendizagem é construtiva e parte de conhecimentos prévios dos alunos. Há uma interação entre os participantes de comunidades e contextos variados, promovendo assim uma construção histórica e social.

2.3 A importância de se aprender a Língua Inglesa hoje

O conhecimento de línguas estrangeiras atualmente torna-se imprescindível no mundo onde os intercâmbios internacionais e científicos, culturais e comerciais são cada vez mais frequentes e a relação de interdependência das economias dos países é cada vez maior. A aprendizagem de uma LE, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Através da aprendizagem da LE, as pessoas alargam seus conhecimentos, tornando-se cidadãos capazes de comunicar-se, compreender, saber buscar informações, interpretá-las e argumentar, respeitando suas individualidades e levando em conta suas expectativas e necessidades. Sendo os alunos capazes de utilizarem uma língua estrangeira, no caso o inglês, terão condições de interpretar o quadro político e social composto pela mídia e compreenderão tanto as culturas estrangeiras quanto a própria cultura, com as diferentes formas de expressão e de comportamento.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (1998), a aprendizagem da LI é uma possibilidade de aumentar a autopercepção do aluno como ser humano e cidadão e ao entender o outro e sua alteridade, ele aprende mais sobre si mesmo e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social.

Para Almeida Filho (2002, p. 11), aprender uma nova língua na escola é uma experiência educacional que se realiza para e pelo aprendiz/aluno como reflexo de

valores específicos do grupo social e/ou técnico que mantém essa escola. É necessário que seja assegurado a todos, de forma democrática, o acesso ao domínio de uma LE durante o período da educação básica. A aprendizagem de língua estrangeira contribui para o processo de formação integral do aluno e representa muito mais do que uma mera aquisição de formas e estruturas linguísticas, pois aumenta a compreensão da linguagem e de seu funcionamento, desenvolve uma maior consciência da própria língua materna e ampliam-se as possibilidades de o aluno agir discursivamente no mundo e de compreender outras manifestações culturais próprias de outros povos.

2.4 A leitura como suporte para o ensino e a aprendizagem da língua inglesa na EJA

A leitura é um processo de comunicação complexo no qual a mente do leitor interage com o texto numa dada situação ou contexto, ressaltamos que a habilidade de ler em inglês é de inteira importância. A Língua Inglesa é um veículo de comunicação internacional e de informação acerca do mundo, é, portanto, a língua que leva o aluno brasileiro à fonte de informações diversas, fazendo com que ao aprender uma cultura diferente, ele analise e conheça melhor a sua própria língua.

De acordo com os PCN de LE, a leitura atende por um lado às necessidades da educação formal e, outro é a habilidade que o aluno pode usar em seu contexto social imediato. Embora o aluno brasileiro tenha necessidade de ler textos em LI, percebe-se que seu conhecimento desse idioma não costuma ser muito sólido. Daí, a importância dessa língua-alvo no desenvolvimento das habilidades de leitura na EJA.

Por conseguinte, os alunos da EJA, geralmente, têm pouco domínio da escrita e da leitura e não compreendem a importância dessas habilidades. Na maioria das vezes, o tipo de trabalho ou as situações sociais das quais participam não favorecem o desenvolvimento dessas atividades, por isso falta-lhes o interesse, o desejo e o prazer.

De acordo com Totis (1991, p. 23) a leitura é a habilidade mais importante a ser trabalhada porque os alunos transformam a necessidade da linguagem oral em

limitadas escalas de comunicação e deixam de ver na conversação um prazer imediato porque encontram oportunidades mínimas ou até nulas de se expressar em inglês e também porque o domínio da escrita é requisitado somente em determinadas situações profissionais específicas, daí a única habilidade linguística a ser justificada ser a leitura.

Entretanto, apesar de ser muito discutida a importância da leitura atualmente, constata-se que há muitos alfabetizados na EJA que estão longe de serem considerados leitores. Trabalhar com a leitura, sem anular as diferenças, as dúvidas e as emoções, não é uma tarefa muito fácil para os professores da EJA, pois os alunos em sua maioria já trabalham, não têm tempo para estudar, chegam cansados às aulas, não conseguem conciliar trabalho (doméstico) com a escola e têm dificuldades de aprender. Por isso, a leitura deve ser vista como um dos processos pelos quais o ser humano possa estar incluso em um grupo social.

Assim, segundo Smith (1999, p. 9) “para compreender a leitura, os pesquisadores devem considerar não somente os olhos, mas também os mecanismos da memória e da atenção, a ansiedade, a capacidade de correr riscos, a natureza e os usos da linguagem, a compreensão da fala, as relações interpessoais, as diferenças socioculturais, a aprendizagem em geral”. Um aspecto também importante a ser considerado, é que, numa sala de jovens e adultos, a leitura tenha como finalidade retratar as mesmas finalidades encontradas na vida real, para que haja um aprendizado significativo.

2.5 Estratégias de Leitura

O processo de compreensão de leitura depende do que o texto apresenta e do que o aluno já traz em seu conhecimento de mundo. Smith (1999, p. 20) nos revela que os dois requisitos básicos para aprender a ler são a disponibilidade de material interessante que faça sentido para o aluno e a orientação de um leitor mais experiente e compreensivo como um guia. Pode-se dizer que uma prática de leitura só será uma prática pedagógica eficiente se despertar e cultivar o desejo de ler, por isso, o professor que opta por trabalhar com a leitura deve procurar desenvolver estratégias que facilitem a leitura.

A leitura é um processo dinâmico por meio do qual o leitor se envolve ativamente na (re)criação do sentido do texto, fundamentado não só no seu conhecimento anterior, mas também nas condições de produção textual, o que foi escrito, para quem, com que propósito, de que forma, quando e onde. Para Totis (1991, p.38), a predição é o primeiro componente desse processo de percepção. A partir de seu conhecimento do mundo e de suas restrições linguísticas, o leitor é convidado a formar expectativas sobre o material não lido.

Sendo assim, deve-se buscar compreender o que é estranho a partir do que é conhecido. Existem quatro características distintivas e fundamentais na leitura, segundo Smith (2003, p.17) ela é seletiva, antecipatória e baseada na compreensão. O acionamento do conhecimento prévio é uma estratégia de leitura que oferece ao aluno mais segurança e diminui a quantidade de informação visual a ser processada. Todo texto contém informação visual e não-visual. Quanto mais o aluno conhecer sobre o assunto, menos informação visual precisará processar, e, portanto, mais eficientemente lerá. Ao ler um texto, o leitor também pode ser capaz de aprender o significado do texto, como um todo, sem dominar todas suas palavras e estruturas.

Por conseguinte, uma outra estratégia usada também é a de facilitar ao aluno uma leitura seletiva, buscando no texto o que lhe for relevante, descartando aquilo que não necessita e ignorando o que não puder compreender. Há quatro tipos de estratégias de leitura explicitados por Clarke e Silberstein (apud TOTIS, 1991, p. 40) que são baseados nos diferentes objetivos que os leitores têm ao se confrontarem com um texto:

- Skimming: leitura rápida para obtenção do sentido global do texto;
- Scanning: leitura na qual o leitor busca uma informação bastante específica;
- Compreensão total do texto: leitura visando a compreensão da mensagem do texto;
- Crítica: leitura na qual o aluno é solicitado a apresentar sua opinião e julgamento sobre aquilo que leu e é estimulado a reagir ao texto em língua estrangeira do mesmo modo como a um texto em língua materna.

As estratégias devem ser usadas num processo contínuo de predizer, antecipar, formar e reformular hipóteses, avaliar, concordar, discordar, inferir e ler nas entrelinhas com base em pistas textuais e contextuais. Dessa forma, o professor deve ter a tarefa de fazer com que o aluno se aproxime do texto em língua

estrangeira como faria a um texto em língua materna. Para que qualquer tarefa de leitura seja significativa, é necessário que haja objetivos para a sua realização e que principalmente, seja baseada na compreensão.

2.6 A reflexão na ação: um caminho para a mudança no ensino da língua Inglesa na EJA

Há a necessidade de priorizar uma educação de qualidade, sensível às mudanças ocorridas no cenário mundial. O desafio para nós, educadores, está na transformação do aluno, no respeito à diversidade e às peculiaridades, aproveitando as experiências trazidas por ele para que compreenda a mudança como ideia para agir e intervir na realidade e que continue determinado a aprender.

O professor é o grande responsável no resgate do conhecimento que há no aluno, ele é o mediador no processo de ensino-aprendizagem. Esse processo implica, pois, ação e reflexão sobre a realidade que supõe observar e questionar, analisar contextualmente os fatos, os dados, o conhecimento. Entende-se, então, que trabalhar com vistas ao processo de conscientização na escola envolveria procurar facilitar o surgimento ou o desenvolvimento da criticidade dos alunos, isto significaria apoiar o desenvolvimento da capacidade dos estudantes pensarem e decidirem por si mesmos assumindo suas próprias contribuições. Paulo Freire (1999, p. 140) já dizia que o professor pode e deve fazer na perspectiva progressista, é desafiar o aluno a se perceber sujeito capaz de saber e de ajudá-lo conhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva.

Sabemos que mudar a compreensão da realidade não significa mudar a realidade, esta seria uma maneira idealista de conceber a transformação do social. A conscientização não pode ser concebida como algo imobilizado, concluído, terminado, a ser transferido por quem a adquiriu a quem ainda não a possui. Trata-se de um processo e não de um estado.

O professor de Língua Inglesa, especialmente na EJA, deve promover a interação de forma cooperativa dentro do grupo, organizar formas de desenvolver o trabalho escolar de modo a incorporar os diferentes níveis de conhecimento dos alunos partindo de uma diversidade de experiências e interesses, ajudando-os a confiarem na própria capacidade de aprender.

Outra concepção importante nessa esfera é a de Donald Schön (2003, p. 16,17) que considera reflexão condição essencial para a transformação de um aprendiz prático e crítico, que entende, reflete e transforma situações problemáticas. Por ser orientadora para a resolução de problemas e geradora de hipóteses, a visão de Schön de reflexão na ação e sobre a ação parece promover um trabalho útil para as possibilidades de mudanças nas representações dos aprendizes. A reflexão no contexto educacional implica substituição do saber pedagógico por perguntas desviadas da prática pedagógica. Assim, é fundamental buscar desenvolver um trabalho que permita ao aluno da EJA entender a comunicação com troca de ideias e de valores culturais, que o aprendizado de uma outra língua possibilitará o acesso a bens culturais da humanidade, fazendo com que se sintam parte integrante de um mundo plurilíngue e compreendam o papel hegemônico que algumas línguas desempenham em determinado momento histórico.

Dessa forma, se quisermos aproveitar a relativa facilidade que o aluno demonstra ter com relação à leitura, e seguir a sugestão dos Parâmetros Curriculares Nacionais que a consideram mais útil para o aluno, será necessário investir na formação e atualização dos professores. Entendendo que a formação profissional é um processo contínuo de construção e já que todas as metodologias criadas para o ensino de línguas sempre dependeram do bom desempenho do professor para serem bem sucedidas, há que se acreditar que investir na sua formação e no seu constante aprimoramento é o mais sábio a se fazer.

É importante salientar que o ensino da LI tenha que se tornar imprescindivelmente útil e significativo; não apenas representando um componente curricular a mais na matriz, mas de forma que os alunos possam visualizá-lo como uma aprendizagem significativa, considerando a importância de se conhecer uma ou mais línguas, de estabelecer a sua função num mundo plural e complexo, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social.

Segundo Fonseca (2004, p.79), um aspecto importante a ser considerado é que a aprendizagem ocorre de uma forma mais eficaz quando os alunos desempenham um papel ativo no processo. Os alunos não apenas recebem a informação, como também a informatizam de uma forma significativa. Um dos principais objetivos do estudo de estratégias de aprendizagem de leitura é tornar o

aluno mais independente responsável pelo seu processo de aprendizagem. Portanto, foi nesta direção que caminhou este estudo, procurando demonstrar que, também, por meio da reflexão, é possível a conscientização do aluno sobre a sua própria aprendizagem.

Essencial é a noção de aprendizagem como um processo dinâmico do qual o aluno participa ativamente, questionando, fazendo uso de seu conhecimento anterior, desenvolvendo estratégias de aprendizagem e assumindo um maior controle e uma posição crítica em relação ao que está sendo aprendido.

Considerações finais

O mundo passa por transformações radicais; a globalização e as novas tecnologias exigem do homem um novo padrão de comportamento em face de todas essas mudanças. O conhecimento de uma outra língua contribui para a construção da cidadania, favorece a participação social e amplia as possibilidades de acesso ao conhecimento tecnológico e científico.

Considerando a importância do aprendizado de uma LE, no caso a LI, na formação do indivíduo, internalizamos a ideia de que o ensino de leitura nas aulas de LI na EJA pode-se constituir um instrumento de inserção social visto que a leitura é um instrumento para a aquisição de conhecimento de várias áreas e que os PCN (1998) reforçam que o ensino de uma LI no Brasil parece estar, em geral, mais vinculado à leitura técnica ou de lazer e que sua aprendizagem ajuda no desenvolvimento integral do aluno. Por isso, procede a preocupação com a formação dos alunos da EJA para vencer os desafios lançados pelos novos paradigmas que passam a exigir não apenas letramento, mas capacidade real de compreensão de instruções complexas e de fazer inferências.

É importante levar em consideração as experiências trazidas por esses jovens e alunos e aproveitá-las em benefício dos próprios através de um aprendizado prazeroso, informativo e útil. Dessa forma, o professor deve dar oportunidade aos alunos de interagir com um texto em LI, trazer suas experiências, negociar significados e valorizar o que eles pensam. É preciso destacar a necessidade de

aprender a LE no contexto comunicativo, aprendendo com o outro, cooperativamente.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes, 2002. (Linguagem-Ensino)

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª série: introdução. Secretaria de Educação Fundamental, 2002.

BRASIL, Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez., 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: MEC-SEF, 1998.

CUNHA, Conceição Maria da. Educação de jovens e adultos. In: **Salto para o futuro**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, Brasília, DF., 1999.

FONSECA, S. M. S. **As estratégias de leitura no ensino da Língua Inglesa e seus efeitos nos modos de aprender do aluno**. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação e Letras – FaEL. Unig, Nova Iguaçu, RJ. 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 51. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2004.

LE MOS, Marlene Emília Pinheiro de. Proposta Curricular. In: **Salto para o Futuro**: Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Ministério da Educação, SEED. Vol. 10, p.19-25, 1999.

SCHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre. Artmed, 2003.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura**: uma análise psicolingüística da leitura e do aprender a ler. 4. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2003.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**/ Frank Smith.Trad. Beatriz Afonso Neves. 3. ed. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

TOTIS, Verônica Pakrauskas. **Língua Inglesa**: leitura. – Coleção Magistério 2º grau. Série Formação Geral - São Paulo: Cortez, 1991.